

| | |
|------------------|---|
| PREFÁCIO | 5 |
| INTRODUÇÃO | 7 |

PARTE I

| | |
|---|-----------|
| PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E CULTURAIS..... | 15 |
| Cap. 1 - Pressupostos Metodológicos | 17 |
| 1. <i>Cronologia</i> | 17 |
| 2. <i>Athenaioi, xenoi e barbaroi</i> | 26 |
| 2.1. <i>Estatuto genérico nos diálogos platônicos</i> | 26 |
| 2.2. <i>O testemunho do Crátilo</i> | 38 |
| Cap. 2 – Sócrates em Platão..... | 49 |
| 1. <i>Sócrates e Atenas</i> | 49 |
| 2. <i>Sócrates e xenoi</i> | 62 |
| Cap. 3 - Incidências Orientais e Recriação Platónica | 67 |
| 1. <i>Música grega e incidências orientais</i> | 76 |
| 2. <i>Divindades orientais e recriação platónica</i> | 79 |
| 2.1. <i>As duas Afrodites</i> | 79 |
| 2.2. <i>Adónis</i> | 89 |
| 2.3. <i>O dionisismo</i> | 101 |
| 2.4. <i>O xamanismo</i> | 112 |

PARTE II

| | |
|---|------------|
| DIÁLOGOS DA PRIMEIRA E DA SEGUNDA FASES | 145 |
| Cap. 1 - Atenas no Contexto Helénico..... | 147 |
| 1. <i>A cidade</i> | 147 |
| 2. <i>A cidade e os mitos das origens</i> | 149 |
| 2.1. <i>O Eutidemo e o mito de Íon</i> | 149 |
| 2.2. <i>O Menéxeno e o mito da autoctonia</i> | 155 |
| 3. <i>Menção genérica de outros estados gregos</i> | 160 |
| 4. <i>Lacedemónios</i> | 163 |
| Cap. 2 - Atenas e a Antinomia Grego/ Bárbaro | 176 |
| 1. <i>Contextualização</i> | 176 |
| 2. <i>O testemunho dos diálogos</i> | 180 |
| 3. <i>O Grande-Rei</i> | 185 |
| 4. <i>Nomos/ physis na antinomia grego/ bárbaro</i> | 190 |

PARTE III

| | |
|---|------------|
| DIÁLOGOS DA TERCEIRA FASE (ÚLTIMOS DIÁLOGOS) | 207 |
| Cap. 1 - Atenas no Contexto Helénico..... | 209 |
| 1. <i>Atenienses e xenoí</i> | 209 |
| 2. <i>A Academia e a experiência siciliana</i> | 212 |
| 3. <i>Uma nova vivência de xenia</i> | 231 |
| Cap. 2 - Atenas e Bárbaros..... | 237 |
| 1. <i>Linhas de evolução</i> | 237 |
| 2. <i>Egípcios</i> | 248 |
| 2.1. <i>Contextualização</i> | 248 |
| 2.2. <i>O Egito de Platão</i> | 252 |
| 3. <i>Persas</i> | 264 |
| 3.1 <i>Contextualização</i> | 264 |
| 3.2 <i>A Pérsia de Platão</i> | 268 |
| 4. <i>Vias de superação da antinomia grego/ bárbaro</i> | 274 |

PARTE IV

| | |
|--|------------|
| O MITO DE ATLÂNTIDA: HELENISMO E UTOPIA | 281 |
| 1. <i>Pressupostos geográficos</i> | 283 |
| 2. <i>O mito de Atlântida</i> | 286 |
| Conclusões | 303 |
| ÍNDICE TEMÁTICO, ONOMÁSTICO E DE AUTORES MODERNOS | 309 |
| SIGLAS UTILIZADAS | 333 |
| BIBLIOGRAFIA | 335 |
| A – <i>EDIÇÕES, TRADUÇÕES E COMENTÁRIOS UTILIZADOS NAS CITAÇÕES:</i> | 335 |
| B – <i>LÉXICOS, ENCICLOPÉDIAS E ATLAS</i> | 340 |
| C – <i>ESTUDOS</i> | 341 |
| ÍNDICE DE MATÉRIAS | 357 |

Prefácio

A presente tese de doutoramento não é apenas o texto que se segue. Nela confluíram estímulos e apoios concretos, de que beneficiou ao longo dos últimos anos. Destaco, entre muitos, o da Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, com quem a minha dívida é demasiado antiga e forte para ser contabilizada: agradeço em especial a leitura atenta da primeira versão, bem como pistas relevantes que as suas observações sugeriram para o seu desenvolvimento, complementadas pelo empréstimo de obras sempre valiosas e algumas vezes, decisivas.

Agradeço igualmente ao Professor Doutor José Ribeiro Ferreira, que em regime de múltiplas tarefas académicas aceitou assumir a direcção deste trabalho, já em fase de relativo adiantamento. De resto, não é uma orientação tão recente como os trâmites burocráticos indicam, dado que os seus trabalhos, em áreas afins à desta tese, contribuíram grandemente, e desde início, para um indispensável aprofundamento dos aspectos culturais, e deram sugestões para o seu tratamento metodológico. Mas ao seu estímulo, à forma pronta como acompanhou este texto e o enriqueceu de sugestões, devo a possibilidade de o ter concluído nos prazos que me havia proposto.

Outra ajuda imprescindível que desejo aqui registar é a do Doutor António Manuel Rebelo, cuja competência informática (bem conhecida de vários doutorandos da Faculdade de Letras e não só!) contribuiu decisivamente para “materializar” esta impressão, desde a instalação do seu conjunto de caracteres *graecum* no meu computador, à formatação de um texto complexo,

por várias “ingenuidades” informáticas que dificultaram o seu seu tratamento: a dádiva generosa de vários dias de trabalho permitiu a presente versão informatizada, cujos lapsos são da minha inteira responsabilidade.

Aos amigos de sempre, nestas e noutras batalhas – ao meu Mestre Doutor Walter de Medeiros, à Doutora Nair de Nazaré Soares, à Doutora Rosa Marreiros, bem como a Dr^a Zélia de Sampaio Ventura – testemunho o reconhecimento pelo apoio com que sempre contei, reconhecimento extensivo a muitos outros colegas da Faculdade de Letras que, dentro e fora da minha Secção, por diversas formas e em diversos tempos, me manifestaram o seu apoio e amizade.

Para o meu sobrinho João Álvaro, um abraço especial pelo companheirismo com que aceitou partilhar as vicissitudes deste trabalho.

Coimbra, Junho de 2006-06-30

Maria Teresa Schiappa de Azevedo

Introdução

A presente tese integra-se numa linha de investigação sobre o contributo da civilização grega e romana na formação de uma identidade europeia, investigação que o Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – de que sou membro – tem vindo desde há vários anos a promover.

Nesse âmbito me foi proposta uma colaboração específica sobre Platão, que embora algo desviada de interesses literários e filosóficos, me seduziu pela novidade de analisar o texto platónico em moldes que me parecia não terem sido contemplados, pelo menos de forma sistemática.

A pesquisa bibliográfica revelou-me que não estava enganada: se não faltam estudos, sobretudo no âmbito da teoria política, a enquadrarem uma visão do helenismo em Platão (como os de N. Loraux, em especial *L'invention d'Athènes*, Paris 1990) ou a abertura genérica ao 'Outro', que os últimos diálogos consignam, são em contrapartida escassos os estudos que tratem a questão incontornável da relação grego/ bárbaro através do texto platónico. Numa imensidade de itens, que cresce todos os anos em mais de um milhar, apenas encontrei dois: o estudo de C. Vourveris, *Plátwn ka- bérbaroi* (Athens 1966) e o de H. Joly, "La question des étrangers" inserto em *Études platoniciennes* (Paris 2003).

A maior parte dos elementos relevantes, colhidos na bibliografia secundária sobre este tema, proveio assim de estudos de âmbito geral já conhecidos, como o de *Paideia* de W. Jaeger e o de J. Ribeiro Ferreira, *Hélade e Helenos* (Coimbra 1992), a que se associaram, numa fase posterior, o de J.

Hall, *Hellenicity* (Chicago 2002), e, sobre Xenofonte, o de S. W. Hirsch, *The Friendship of the Barbarians* (London 1985), com um útil apêndice sobre Platão.

Embora relativamente pouco extensas, as análises dos autores citados (sobretudo os três últimos) coincidem numa percepção francamente apreciativa do posicionamento humano e cultural que os diálogos platónicos veiculam, no tocante à relação grego/ bárbaro. Um posicionamento que grande parte dos platonistas ignora ou simplesmente recusa, talvez pelo peso do passo de *R.* 470c-471b, onde a cruzada pan-helénica da retórica do tempo se traduz na palavra de ordem “contra os Bárbaros”. Mas é a excepção e não a regra, como espero deixar demonstrado na análise que se segue.

Outros estudos parcelares foram naturalmente preciosos, como o de P. Brisson sobre “L’Égypte de Platon” in *Lectures de Platon* (Paris 2000), cuja excelente e sistemática análise de passos trouxe um contributo inicial importante, do ponto de vista informativo e metodológico, que outras obras citadas na bibliografia – em especial Ph. Vasunia, *The Gift of the Nile* (Berkeley 2001) – vieram complementar. Especialmente útil, se bem que não centrado em Platão, foi o conjunto de estudos reunidos por Th. Harrison em *Greeks and Barbarians* (Edinburgh 2002), cuja diversidade de perspectivas permitiu ampliar, ou por vezes retocar, interpretações pontuais do texto platónico.

O resultado da primeira fase desta investigação é já conhecido. Figura com o título “Platão: helenismo e diferença”, no 1º volume de *Génese e evolução da ideia de Europa. Vol. I*, editado em 2005 pela Imprensa da Universidade de Coimbra (coord. de Maria de Céu Fialho, Maria de Fátima Silva e Maria Helena Rocha Pereira). À Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, que leu e discutiu o texto prévio, bem como à Directora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Doutora Maria do Céu Fialho, devo o generoso estímulo para prosseguir a investigação iniciada e reconvertê-la em tese de doutoramento.

Além de óbvias vantagens práticas, motivou-me a oportunidade de aprofundar Platão numa perspectiva quase arredada dos estudos platónicos.

Nesse aspecto, creio que o presente trabalho poderá contribuir positivamente para esbater o divórcio que por vezes se verifica entre filósofos e historiadores de cultura, como a apreciação unilateral de K. Popper em *The Open Society and its Enemies* (London 1974) claramente revela. Mas não é raro também outros platonistas subentenderem posições idênticas, esquecendo ou desvalorizando passos de óbvio significado cultural, como o do *Político* (262c-e).

Vários elementos, colhidos principalmente em *Os Gregos e o irracional* (Lisboa 1988) de E. R. Dodds e na obra recente de W. Burkert, *Babylon Memphis Persepolis* (Massachusetts 2004 – com vários acrescentos ao texto original, publicado em Veneza em 1999, com o título *Da Homero ai magi*), inspiraram o projecto de alargar mais sistematicamente a análise inicial às influências orientais mais antigas, naquilo que especificamente importava para o texto platónico. O “encontro” com *Black Athena*, de M. Bernal (vols. I e II, New Jersey, 1989 e 1992), e com alguns textos essenciais da polémica que desencadeou na América, em obras como *Black Athena revisited* (Chapel Hill 1996) e em revistas como *Arethusa* – que dedicou um número especial ao debate, em 1991 –, confirmou o interesse e a actualidade desta reorientação, que autores mais antigos haviam já empreendido, mas em moldes diferentes (como Bidez em *Eos: Platon et l’Orient*).

É certo que as teses de Bernal (que na origem “egípcia” do nome Atena simboliza o débito pleno da cultura grega ao país do Nilo...) constituem no geral inferências claramente ilegítimas de dados, quer arqueológicos quer literários e míticos, da Grécia antiga. Contudo, o caudal de informação nele veiculado, bem como a desmontagem de vários procedimentos, que o seguimento da controvérsia originada veio demonstrar, enriqueceram consideravelmente a minha visão da cultura grega e trouxeram sugestões para novas abordagens do texto platónico, como é o caso da narrativa da Atlântida

no *Timeu* – incluída, com o livro II de Heródoto, entre as fontes literárias do que Bernal intitula o “modelo antigo” (grego) da interpretação da cultura grega.¹

Do contacto com a problemática das influências orientais da cultura grega resultou o alargamento de uma secção inicialmente intitulada “influências bárbaras primitivas”, que figura agora no cap. III da Parte I, bem como a inserção da análise do mito de Atlântida (Parte IV), de projecção conhecida na cultura europeia, em especial a partir dos Descobrimentos. No conjunto, houve a preocupação de aprofundar o contexto vivencial e filosófico dos diálogos, de forma a mostrar como as componentes culturais, “externas”, se aliam à sua dinâmica noética e dialógica.

Este trabalho de remodelação – mais substancial no tratamento da *Apologia*, do *Crátilo* e do *Fedro*, mas presente também noutros, como *Górgias*, *O banquete*, *Fédon*, *República*, *Timeu/ Crítias* e *Leis* – serviu ainda para confirmar alguns pressupostos metodológicos em que a primeira versão deste trabalho se alicerçou e que valerá a pena explicitar. Assim:

– a imprescindibilidade de distinção entre estrangeiro grego (cñnoj) e estrangeiro bárbaro (bérbaroj), sem a qual será difícil evitar algumas ambiguidades interpretativas – como sucede no estudo, aliás excelente, de H. Joly;

– a importância da língua na perspetivação da dicotomia grego/ bárbaro (e parcialmente, da sua superação), de acordo com as reflexões linguísticas e etnográficas que passam do séc. V a.C. às décadas iniciais do século seguinte, concentrando-se no *Crátilo*;

– a projecção da figura de Sócrates num conceito de cidadania que congloba valores atenocêntricos específicos, sobretudo presentes na primeira fase dos diálogos (mas nunca de todo abandonados);

¹ Que assinala sem preconceitos o débito às culturas orientais, particularmente ao Egipto (e.g. Hdt. 2.49-50 e 123), opondo-se assim ao denominado “modelo ariano”, seguido pelos historiadores europeus, empenhados na ocultação (deliberada, de má-fé...) dessas mesmas fontes. Vide Introdução a *Black Athena I*, pp. 23-24, passim.

– a viragem essencial que eventos decisivos da vida de Platão, nomeadamente a primeira viagem à Sicília e a fundação da Academia, consignam na abertura dos diálogos do último período ao mundo dos *xenoi* e dos *barbaroi*.

Da ponderação destes itens e do aprofundamento da temática inicial resultou um esquema de análise que procura conciliar aspectos unitários da obra com outros, em que terá mais sentido fazer uma distinção cronológica genérica.

Daí termos dedicado a **Parte I** (Pressupostos metodológicos e culturais) aos três primeiros itens, a que juntámos o capítulo referente às influências bárbaras primitivas: elas integram-se em especial no campo religioso, mas vão passando por formas próprias de assimilação ao longo da época arcaica, que o texto platónico não só absorve como recria, por vezes de forma inteiramente inesperada. **A Parte II** consiste na análise dos diálogos do 1º e do 2º períodos, que destacam, por um lado, a presença dominante de Atenas e, por outro, perspectivas várias em que a relação grego/ bárbaro é neles projectada (sem prejuízo de reaparecerem em diálogos posteriores, mas de forma alguma com a mesma incidência). Na **Parte III** procura acentuar-se o intercâmbio crescente para o mundo de ‘fora’ que, além dos *cñnoi*, contempla o mundo bárbaro, não já na perspectiva tradicional de *oposição* mas de *diferença*, com realce para os Egípcios e para os Persas. De algum modo à margem da análise dos diálogos, a **Parte IV** procura definir a narrativa de Atlântida no *Timeu* como um mito de vertentes complexas (históricas, geográficas, cosmológicas) que projecta numa imaginária Atenas do passado a aspiração a uma conciliação helénica que a reflexão sobre a Guerra do Peloponeso situou em primeiro plano nas primeiras décadas do séc. IV a.C.

No tocante ao *Corpus Platonicum*, para o qual foi adoptada a edição dos *Oxford Classical Texts (Platonis opera*, ed. J. Burnet 1961-1965), eliminámos textos consensualmente considerados espúrios ou suspeitos, desde a antiguidade, como *Alcibíades II*, *Axíoco*, *Minos*, *Téages*, e também o conjunto

das *Cartas*, com excepção da *VII* e da *VIII*. Saliente-se, de resto, que os pontos de contacto destas últimas com as *Leis* – por vezes em pormenores que não motivariam imitadores – confirmaram a minha convicção da sua autenticidade. O inverso aconteceu com o *Hípias Maior* (já em tempos por mim traduzido e analisado) e com o *Alcibíades I*, cuja discordância em aspectos formais com práticas invariáveis dos diálogos, como as fórmulas de identificação de figuras históricas (que em Platão jamais contemplam o matronímico) remete para uma autoria não platónica². O que se associa, como é de prever, a contradições de “conteúdo” para as quais não há solução satisfatória.

Ao longo deste trabalho utilizámos, para obras e autores antigos, as abreviaturas consignadas no dicionário de Liddell-Scott. Por questões de preferência pessoal, as obras de autores modernos são referidas pelos principais elementos identificativos na primeira ocorrência, sendo depois citadas apenas pelo título, inteiro ou abreviado. Reservámos outras indicações secundárias para a bibliografia, seriada de acordo com três principais rubricas, que não será necessário discriminar aqui. Em qualquer delas, as obras citadas correspondem apenas às de consulta directa.

A complexidade de certas distinções (e.g. “Alcibíades”, personagem histórica, personagem dos diálogos, nome de duas obras) levou-nos a eliminar uma seriação exaustiva nos índices; apenas distinguimos, em casos como

² Posição comum a grande número de autores: W. Burkert, que se refere ao seu autor como “Pseudo-Platão”, não acha sequer necessário justificá-lo, pela evidência do contexto. Assim em *Babylon*, p. 104. N. Denyer, na Introdução a *Plato. Alcibiade* (Cambridge 2004), esp. p. 14, propende para a autenticidade do diálogo, mas anota aspectos de conteúdo notoriamente tardio, em função dos quais situa a obra na década de 50 – portanto, na proximidade das *Leis* – ao contrário da generalidade dos autores que aceitam a autenticidade, como P. Friedlaender e mais recentemente J. Pradeau (na Introdução a *Platon. Alcibiade*, Paris 2001), que interpretam o diálogo como obra de “transição” para período médio (Ledger, no entanto, prevê cerca de 390 a.C.). Outros pormenores são referidos mais adiante (p. 205, n.357). Quanto ao *Hípias Maior*, veja-se a Introdução ao diálogo de D. Tarrant (*The Hippias Major attributed to Plato*, Oxford 1927) e M. T. Schiappa de Azevedo, Platão, *Hípias Maior* (Lisboa 1999), pp. 9-14.